

Instrução Normativa Nº 86/2020

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA, INTEGRIDADE E CONFORMIDADE NO ÂMBITO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 148-A, inciso I da Constituição do Estado do Ceará de 1989 e art. 100, da Lei Complementar Federal nº. 80, de 12 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento contínuo e implantação de modelos de governança corporativa e práticas gerenciais em todos os setores da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (DPGE);

CONSIDERANDO a necessidade de apoio e coordenação de ações relacionadas ao disposto na Lei anticorrupção de Nº 12.846, DE 01 de agosto de 2013;

CONSIDERANDO a necessidade de apoio e coordenação de ações para atendimento de recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), sobre questões pertinentes à gestão de bens patrimoniais, bens de consumo, políticas de segurança da informação e outros serviços administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de apoio e coordenação de ações para assegurar conformidade ao disposto no decreto federal Nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014 que Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial;

CONSIDERANDO a necessidade de apoio e coordenação de ações para assegurar conformidade com o disposto na Lei de acesso à informação (LAI) Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO a necessidade de apoio e coordenação de ações para assegurar conformidade com o disposto na Lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD) Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO a necessidade de apoio e coordenação de ações para assegurar a elaboração e

manutenção de um plano de recuperação e desastres pautada em processos de gestão de riscos;

CONSIDERANDO a necessidade de apoio e coordenação de ações para assegurar mudanças administrativas e tecnológicas para atender novas formas administrativas de trabalho do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ-CE);

CONSIDERANDO a necessidade de apoio e coordenação de ações para assegurar conformidade com o disposto em demais Leis que repercutem demandas e prazos de adequações administrativas;

CONSIDERANDO a necessidade de integração e coordenação das ações setoriais para atendimento de demandas de adequações quanto às recomendações de órgãos de controle e adequações a novas legislações vigentes com prazos já definidos;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir o Comitê de Governança, Integridade e Conformidade (CGIC), que terá como principais competências:

- I. Criação e manutenção das políticas de governança corporativa, integridade e conformidade com as legislações vigentes;
- Criação e manutenção dos modelos de governança corporativa e práticas gerenciais em todos os setores da DPGE;
- III. Planejamento e coordenação das ações necessárias para implementação e disseminação dos modelos de governança e práticas gerenciais em todos os setores da DPGE;
- IV. Planejamento e coordenação das ações necessárias para adequar a DPGE a:
 - a. Lei Anticorrupção;
 - b. Recomendações do TCE-CE;
 - c. Decreto federal do e-Social;
 - d. Lei de Acesso à Informação (LAI);
 - e. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
 - f. Mudanças administrativas do TJ-CE;
 - g. Demais Leis federais, estaduais e municipais.
- V. Definição de objetivos e metas de implementação dos modelos de governança, modelos de práticas gerenciais e de conformidade com a legislação vigente;
- VI. Monitoramento e avaliação de desempenho dos objetivos e metas definidos.

Art. 2º A estrutura do CGIC terá a seguinte formação:

- I. Coordenador do CGIC;
- Secretário executivo do CGIC;
- III. Membro especialista em governança e práticas gerenciais:
- IV. Membro especialista em direito digital;
- V. Membro especialista em gestão de riscos;
- VI. Membro especialista em planos de recuperação e desastres;
- VII. Membro especialista em gestão de bens patrimoniais e bens de consumo;

- VIII. Membro especialista em Recursos Humanos RH;
 - IX. Membro especialista em controladoria e auditoria;
 - X. Membro especialista em tecnologia da informação;
 - XI. Membro especialista em orçamento e finanças.
- Art. 3º O Coordenador e os demais membros do Comitê deverão ser designados pela Defensora Pública Geral através de portaria.
- **Art. 4º** O CGIC deverá ter pelo menos um encontro mensal para realizar as suas ações, presenciais ou não.
- Art. 5º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza, 15 de outubro de 2020.

Elizabeth das Chagas Sousa

Defensora Pública Geral DPGE-CE